



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10388 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

O INTELLECTUAL DA/NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rosiane Brandao Siqueira Alves - PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

## O INTELLECTUAL DA/NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Proponho um trabalho que objetiva a reflexão do contexto histórico e social do atendimento educacional à criança pequena no Brasil e o papel dos intelectuais neste processo considerando as produções e impactos, as relações sociais e os interesses de classe e de grupo impressas em suas reflexões e propostas. A luta pela efetivação do direito à educação começa pelo exercício coletivo e democrático de construção das concepções e práticas que nortearão o caminho da luta são constituídos por sujeitos que podem ser definidos como intelectuais orgânicos a partir dos estudos de Gramsci (2017) e sua interpretação/concepção do intelectual orgânico, sujeito ativo engajado em sua própria realidade e atento as transformações; Sirinelli (1998; 2003) e o estudo da história dos intelectuais e Mikhail Bakhtin (1988;2003;2010) em sua filosofia da linguagem para pensar o mundo como acontecimento e não como algo dado. A proposta é pensar o engajamento dos educadores (trabalhadores e pesquisadores) da Educação Infantil como “intelectuais orgânicos”, a partir da concepção de que são intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão, conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais.

Palavras Chaves: Educação Infantil; História; Intelectuais; Fórum

Este texto se propõe a uma reflexão inicial para construção de projeto de pesquisa para tese de doutoramento que tem como objetivo conhecer os intelectuais do Rio de Janeiro, suas trajetórias e contribuições para a construção das propostas e políticas de atendimento educacional às crianças de 0 a 5 anos (Educação Infantil) no Brasil nas décadas de 1980 e 1990.

As mudanças ocorridas no cenário da infância brasileira a partir dos anos 80 do século XX consolidaram a instauração de um novo paradigma social nos modos de conceber as crianças. As importantes conquistas legitimadas nas principais legislações do país abriram pressupostos para novas inquietações e contradições para aqueles que com elas atuam.

As décadas de 1980 e 1990 trouxeram críticas ao determinismo e ao hiperfuncionalismo

das teorias da reprodução, buscando uma postura mais interpretativa no estudo das situações concretas vividas e construídas pelos atores sociais no cotidiano das instituições escolares. A partir dos anos de 1980 desenvolveu-se abundante produção acadêmica nas faculdades de educação e programas de pós-graduação brasileiros relativa aos problemas da evasão, repetências, “fracasso escolar” além de questões relativas ao financiamento da educação (VEIGA, 2017). Neste período, destaca-se também a realização das Conferências Nacionais de Educação como espaços de debates e mobilização de educadores resultando em novas formas de conhecimento que dão visibilidade à infância e são levadas para estudos acadêmicos, para sociedade em geral e para os formuladores e implementadores das políticas de atendimento à infância.

A Constituição de 1988 materializou o direito à educação e no que se refere à faixa etária de 0 a 5 anos, essa conquista está presente no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) trazendo mudanças que vão delinear um novo modelo educacional institucionalizado no qual a creche (0 a 3 anos) e a pré-escola (4 a 5 anos) configuram a Educação Infantil que passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica. A educação das crianças que anteriormente era entendida como assistência, “passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, a partir de uma perspectiva educacional, em resposta aos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças” (LEITE FILHO e NUNES, 2013, p. 70).

O reconhecimento da criança como sujeito de direitos e a educação como um de seus direitos fundamentais desde o nascimento. Com a Constituição e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA a questão da educação da criança pequena foi transferida para a alçada dos municípios e era esperada uma expansão do atendimento com qualidade.

Segundo Abramowicz (2015), a área da infância no Brasil é imensa, dispõe de uma produção exuberante, densa e complexa e conta com muitos (as) pesquisadores (as) que contribuíram e contribuem significativamente na busca de garantia dos direitos.

O presente estudo se constitui num convite a repensar a trajetória da construção histórica da Educação Infantil no Brasil a partir das contribuições buscando conhecer e analisar o papel desses intelectuais que atuam, pesquisam e militam nesse campo, na formulação de políticas que garantam os direitos das crianças, inclusive à educação em espaços de creches e pré-escolas. Com ênfase no grupo fundador do Fórum Permanente de Educação Infantil do Rio de Janeiro que se destacaram na luta no Estado do Rio de Janeiro, considerando que esses lutaram dentro de um domínio para construir uma área voltada a “um povo minoritário”, que não fala por si e nem reivindica, e cuja educação é objeto de disputas no Brasil desde o século XVI: as crianças. (Abramowicz (2015).

Pesquisar a história e as contribuições de intelectuais fluminenses para a educação infantil brasileira impõe o desafio de abordar essa temática e a consolidação das políticas públicas direcionadas às crianças associada, movimentos sociais, profissionais da educação (através dos Fóruns) e academia através de estudos e pesquisas.

O intelectual é o indivíduo que atua, participa intensamente de embates políticos e de questões sobre a educação, engajado na luta coletiva e permanente pela efetivação dos direitos fundamentais das crianças de 0 a 6 anos assegurados por lei (Constituição Federal, ECA e LDBEN). Ao discutir sobre a educação como resposta responsável Kramer (2013) apresenta a dimensão ética aproximando Bakhtin de Gramsci, afinidade eletiva, entre eles a aproximação voltada para a ideia de que a ação de uma pessoa necessariamente se situa no contexto compromisso, do vínculo com o outro, da responsabilidade dessa pessoa com os outros. “O agir ético como responsabilidade significa a presença ativa, supõe deixar as marcas da atuação de modo que os rastros da história não sejam apagados” (2013, p. 32).

Conhecer os intelectuais que contribuíram para a construção de ações e políticas que garantam o direito da criança pequena a educação implica identificar as fontes que nortearam esse processo e considerar que trabalhar com um indivíduo deve-se analisar os usos e limites da biografia histórica. Como bem esclareceu Le Goff, “a biografia histórica nova, sem reduzir as personagens a uma explicação sociológica, esclarece-as pelas estruturas e estuda-as através de suas funções e papéis” (1990, p. 7-8).

Segundo Alves (2019), nas proposições do historiador Jean-François Sirinelli conhecer e analisar os itinerários intelectuais auxiliariam a esclarecer a história política e integram uma plataforma de reconstituição de trajetórias que se cruzam, incorporando elementos que ponham em relevo os encontros, as leituras, as posições institucionais, de modo que os passos dados pelo intelectual que se tem em vista analisar apareçam em paralelo com os outros sujeitos que se fizeram presentes nos seus contextos de formação.

Assim, pesquisar a história dos intelectuais que fundaram o Fórum Permanente de Educação Infantil do Rio de Janeiro e que permanecem atuantes até os dias atuais, pode ser interpretada como uma história de indivíduos ou grupo de indivíduos que, neste caso específico, reivindicavam o direito das crianças pela Educação.

A imprescindível necessária sensibilização dos pesquisadores do campo da Educação com novos olhares para tudo que se presta a contar a História, todos os vestígios que nos permitam ampliar a compreensão historiográfica dos fatos, sejam documentos ou relatos orais, iconografias, letras de música e tudo o mais (LE GOFF, 1990).

### **Referência Bibliográfica**

ABRAMOWICZ, A. (Org.). **Estudos da infância no Brasil: encontros e memórias**. São Carlos: EduFSCar, 2015.

ALVES, C. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 33, n. 67, 2019.

BAKHTIN, M.M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, São Paulo, Ed. HUCITEC, 1988

BAKHTIN, M.M. **Para uma filosofia do ato**. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BAKHTIN, M.M. **Estética da criação verbal**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dez. 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 6ª Edição atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1996.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. tradução Carlos Nelson Coutinho. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.v.1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. tradução Carlos Nelson Coutinho. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.v.2.

KRAMER, S. **A educação como resposta responsável**: apontamentos sobre o outro como prioridade, In: FREITAS, M. T. Educação, arte e vida em Bakhtin. Belo Horizonte, Autêntica, 2013, p. 29-46.

LE GOFF, J. **Memória e História**. Campinas: Unicamp, 1990.

LEITE FILHO, A. G; NUNES, M. F. Direitos da criança à Educação Infantil: reflexões sobre a história e a política. In: KRAMER, S; NUNES, M. F.; CARVALHO, M. C. (Org.). **Educação Infantil**: formação e responsabilidade. Campinas: Papirus, 2013. p. 67-88.

SIRINELLI, J.F. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SIRINELLI, J.F. **As elites culturais**. In: RIOUX, J.P. & SIRINELLI J, F. **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, p. 259-279. 1998.

VEIGA, C. G. **Discriminação social e desigualdade escolar na história política da educação brasileira (1822-2016)**: alguns apontamentos. **História da Educação**, 21(53), 2017.